

Apresentação do dossiê: Usos do passado recente na América Latina

Natália Ayo Schmiedecke¹
Vanessa Garbero²

Se o passado sempre é uma construção, a partir das demandas do presente, esta relação é ainda mais evidente no caso de um passado recente, cujas consequências diretas têm fortes efeitos sobre o presente e cujos sentidos permanecem em disputa. Frente às violências e crimes de Estado que marcaram o século XX, a academia, impulsionada pelos coletivos afetados, assistiu a um crescimento exponencial das pesquisas que se comprometem com este passado. Tais estudos se circunscrevem na chamada história do tempo presente, imediata ou do presente, segundo as variáveis denominações nacionais. Trata-se de um campo que se consolidou na historiografia neste novo século, mas que já vinha se desenvolvendo e sendo problematizado desde a década de 1970, especialmente na ciência política e na sociologia (FRANCO, 2018).

A especificidade da história recente reside em um “regime de historicidade” (HARTOG, 2014) em que os fatos e processos do passado interpelam as sociedades contemporâneas na construção de identidades individuais e coletivas. Trata-se de um passado presente, de um “passado que não passa”. Aqui as análises perdem o “ponto fixo” e fechado de um passado do qual seria possível aproximar-se com alguma “distância”, “objetividade” e “perspectiva”, para se constituírem “em um diálogo e uma escuta atenta às demandas e interpelações que este passado formula ao presente, razão pela qual deixa de concebê-lo como fechado, finalizado” (PITTALUGA, 2010, p. 31). Este regime é relacional na medida em que confluem passado, presente e futuro (p. 31).

¹ Doutora em História, pós-doutoranda no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa em andamento: “Cultura e socialismo: entre a Revolução Cubana e a *Via chilena* (1970-1973)”, financiada pela FAPESP (processo nº 2018/00325-0). E-mail: nati.ayo@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Professora do Centro de Estudos Avançados da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba. E-mail: vanegarbero@yahoo.com.ar.

Cada historiografia nacional tem particularidades que marcam o início deste campo de estudo. Há, porém, processos comuns que convergiram em seu desenvolvimento, entre os quais interessa destacar o da história oral e, em particular, os estudos da memória (FRANCO, 2018, p. 177). Estes últimos adquiriram a partir dos anos 1980 uma importância cada vez maior nas sociedades ocidentais, ativada principalmente pelos estudos sobre o Holocausto e seu uso como *tropos* universal do trauma histórico (HUYSSSEN, 2007). Na segunda metade dos anos 1990, irromperam com força na Argentina e no Chile e foram se estendendo a outros países latino-americanos com o intuito de processar as dramáticas consequências das ditaduras que flagelaram o Cone Sul.

Por “memória”, entende-se o processo de construção, elaboração e (re)significação do passado (HALBWACHS, 2011; POLLAK, 2006; RICCEUR, 1999; JELIN, 2002). Segundo Halbwachs (2004; 2011), trata-se de uma reconstrução que se realiza no e a partir do presente e que encontra nele seus princípios de seleção, descrição e narração. Nas palavras de Jelin (2012, p. 43-44, grifado no original): “Falar de memória significa falar do presente. Na verdade, a memória não é passado, mas sim a *maneira em que os sujeitos constroem um sentido do passado*, um passado que ganha sentido em seu vínculo com o presente no ato de rememorar/esquecer; também em função de um futuro desejado”. Em relação a esses estudos, a história oral, que surge do seio da história social (ACEVES, 1993, p. 234), mostra-se uma ferramenta útil reconstruir processos socio-históricos a partir da percepção e concepção dos protagonistas, favorecendo a escritura da história dos oprimidos e esquecidos. Segundo Portelli (1991, p. 45), a riqueza da história oral “não está tanto em sua capacidade para preservar o passado como nas próprias mudanças elaboradas pela memória. Estas mudanças revelam o esforço dos narradores por dar um sentido ao passado e uma forma a suas vidas”.

Na América Latina, o campo da história recente também recebeu impulso dos “processos políticos, lutas sociais e formas de elaboração e processamento coletivos do passado de extrema violência”, “em um claro movimento do político ao profissional-científico” (FRANCO, 2018, p. 178). Isso influenciou para que o campo se constituísse sobre o problema da

violência política e dos regimes ditatoriais. Não obstante, ele paulatinamente foi incorporando uma escala temporal de maior alcance, compreendendo os processos anteriores e posteriores, e temáticas diversas. Podemos mencionar como exemplos: a crescente atenção às “organizações, sujeitos e projetos políticos revolucionários e de esquerda que formaram parte de uma onda regional de desafios ao sistema em um contexto amplo de guerra fria e dentro do ciclo revolução/contrarrevolução – nos termos de Grandin” (FRANCO, 2018, p. 186); as políticas transicionais em torno à memória, verdade e justiça; as consequências econômicas, sociais e culturais dos regimes repressivos; e o surgimento e protagonismo dos movimentos da sociedade civil.

Parafraseando Ricœur (1999), o passado não pode ser mudado porque já passou; tampouco é possível inserir ou apagar dele detalhes ou acontecimentos – o que é possível é redefinir o sentido ou significado deles. Com este fim, ocorrem disputas entre os diferentes grupos que buscam “estabelecer/convencer/transmitir uma narrativa que possa chegar a ser aceita” (JELIN, 2002, p. 39). Estas lutas que visam outorgar o valor de verdade às versões da história e torná-las dominantes (LORENZ, 2002) envolvem usos (e abusos) do passado, conceito que se refere ao “papel que o passado deve desempenhar no presente” (TODOROV, 2000, p. 18).

Ao elegermos o passado recente como objeto de reflexão do dossiê que organizamos para esta edição da *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, interessava-nos indagá-lo nesta chave particular. Para além da reconstituição de eventos ou processos históricos, nosso objetivo foi reunir textos que examinassem como o passado recente vem sendo interpelado para forjar determinadas identidades, legitimar ordens políticas, caracterizar inimigos, ressignificar personagens, justificar eleições, produções culturais e políticas públicas. Em suma, textos que contribuíssem para identificar o que do passado intervém em nossa vida cotidiana; que aspectos são atualizados por diferentes grupos sociais – e por quais meios – para explicar suas realidades; e que imagens, símbolos, modelos de ação se (re)constroem para dar sentidos à produção de ordens políticas, sociais, culturais e econômicas.

A grande acolhida que teve o dossiê confirmou a tese de que se trata de um tema de crescente interesse na atualidade. Os artigos selecionados para publicação dão conta de diferentes contextos nacionais e adotam variados enfoques, abrangendo políticas governamentais, processos judiciais, produções culturais e movimentos sociais. Observam-se neles, também, diversas noções de história recente e de usos do passado, de acordo com as especificidades de cada objeto.

O dossiê tem início com três textos que se centram no contexto argentino para abordar as políticas transicionais, a conformação de certos atores coletivos em resposta ao terror de Estado e as ressignificações de acontecimentos emblemáticos da última ditadura militar em função de certos usos deste passado no presente. Em “La palabra de los perpetradores y el problema de la verdad en Argentina: entre el silencio y la justicia”, Claudia Feld e Valentina Salvi indagam a relação entre a palavra dos perpetradores e a construção da verdade, demonstrando a falácia do postulado segundo o qual os repressores diriam a verdade se não fossem condenados por seus crimes. As autoras mostram o caráter historicamente produzido da categoria “verdade” e a prática permanente e ativa de construção que requereu que a justiça e outras mediações institucionais atuassem como plataforma ética contra o negacionismo e o silêncio da maioria dos perpetradores.

O artigo seguinte, “Del sentido histórico a la agenda ampliada: la experiencia de la Mesa de Trabajo por los Derechos Humanos de Córdoba, Argentina”, de Ana Carol Solis, analisa a conformação e consolidação da Mesa de Trabalho pelos Direitos Humanos de Córdoba como uma instância interorganizacional inovadora que permitiu articular diferentes lutas e ampliar os sentidos associados ao marco dos direitos humanos. Para isso, a autora indaga os modos e sentidos com que as temporalidades habitam e atuam na ação militante e seus efeitos; e como se entrelaçam com a criação de processos de legitimação política e de atuação pública contestatória.

Por sua vez, Marcos Tolentino, em “La noche de los lápices e os usos públicos das memórias e das representações dos desaparecidos na Argentina (1976-1988)”, analisa os

processos históricos que resultaram no desaparecimento de um grupo de estudantes secundaristas na cidade de La Plata em setembro de 1976; a inclusão dos seus casos nas estratégias de denúncias dos familiares de desaparecidos e dos organismos de direitos humanos; e as políticas e representações elaboradas nos primeiros anos do retorno à democracia, entre 1984 e 1988. O autor mostra que este episódio emblemático dos crimes cometidos pela ditadura foi alvo de diferentes usos e ressignificações, em diálogo com as disputas em torno do passado recente e dos sentidos produzidos sobre a violência estatal e os desaparecimentos políticos.

Os três textos seguintes, centrados no caso chileno, debruçam-se sobre o uso de elementos de outros regimes autoritários durante a ditadura pinochetista e as formas de elaboração posteriores desta experiência repressiva por diferentes atores sociais. Em “Documentário e memória: os usos do testemunho em *Nostalgia de la luz*”, Samuel Torres Bueno analisa os usos da memória nesta obra do cineasta Patricio Guzmán, que tem como mote as atividades de investigação do passado levadas a cabo por três grupos no deserto do Atacama: os astrônomos, os arqueólogos e as mulheres que almejam encontrar os restos dos seus familiares desaparecidos pela ditadura encabeçada por Augusto Pinochet. Interessado em observar os usos dos depoimentos e as práticas memorialísticas realizadas pelo documentário, o autor conclui que, para além de denunciarem os horrores da ditadura, os testemunhos também são empregados com vistas a impulsionar modificações no tempo presente e elaborar projetos de futuro.

A seguir, Lays Corrêa da Silva, em “O historiador Gonzalo Vial e a construção do Marco Político do Informe Rettig (1991)”, examina detalhadamente a narrativa utilizada na parte deste documento que se dedica aos eventos anteriores ao golpe de Estado de 1973. A autora reconhece ali a influência da teoria de Vial segundo a qual a ruptura da democracia no Chile se deu a partir da “quebra de consensos” – argumento que conduz à ideia de inevitabilidade do golpe. Assim, o texto enfoca o papel do historiador na construção de uma memória oficial do passado recente durante o governo de Patricio Aylwin, quando houve uma busca pela “reconciliação nacional” no processo de transição democrática.

No último texto deste bloco dedicado ao Chile, intitulado “A hispanidade reivindicada: Pinochet e a apropriação do franquismo no Chile (1973-1975)”, André Mateus Pupin inova ao se centrar não em como a ditadura de Pinochet foi recordada e representada posteriormente, mas em como ela própria se apropriou de seu passado recente para justificar ações políticas e culturais. O autor recorre a diferentes periódicos para demonstrar que a ditadura chilena recuperou e promoveu elementos do repertório associado à ditadura do espanhol Francisco Franco, apropriando-se dos valores conservadores da hispanidade para opor-se ao comunismo e à secularização e apagar as contradições e violações aos direitos humanos de seu governo.

A busca por legitimação política e o papel da imprensa na reatualização do passado também são abordados na sessão seguinte do dossiê, dedicada ao México. Em “Transição à democracia e os usos do passado recente para a legitimação de um novo regime político no México”, Larissa Jacheta Riberti analisa o processo de transição à democracia à luz das mudanças políticas e institucionais e da atuação dos movimentos sociais mexicanos em fins do século XX. A autora associa a vitória de Vicente Fox nas eleições de 2000 à sua capacidade de utilizar as demandas por verdade, memória e justiça para construir uma plataforma política e uma coalização entre diferentes setores ideológicos. Porém, contrariando as expectativas, a chegada de Fox ao poder não foi capaz de consolidar a transição ou configurar uma democracia sólida, como conclui Riberti.

O artigo seguinte, escrito por José Antonio Ferreira da Silva Júnior, também enfoca o contexto da transição mexicana – desta vez, debruçando-se sobre o campo intelectual. Intitulado “O discurso intelectual sobre o passado em *Nexos* e *Vuelta* na transição democrática mexicana (1982-1992)”, o texto se centra nas duas maiores publicações culturais do período para demonstrar que os grupos intelectuais reunidos em torno delas fomentaram discussões sobre a conjuntura política por meio de temas históricos e visões sobre o passado nacional. O autor argumenta, com base nos escritos de três historiadores ligados às revistas em questão – Héctor Aguilar Camín, Enrique Florescano e Enrique Krauze – que tais debates conduziram a

polêmicas sobre a “história oficial” e a revisão historiográfica empreendida nas últimas décadas do século XX.

Os dois textos que fecham o dossiê, de autoria de Caroline Drummond e Pâmela Resende, trazem à tona conexões entre Cuba e Estados Unidos na segunda metade do século XX. Em “Revolução Cubana, literatura e homossexualidade: disputas pela memória de Virgilio Piñera em *Mariel – Revista de Literatura y Arte* (1983-1985)”, Drummond analisa esta revista fundada em Miami por escritores cubanos exilados, defendendo que seu projeto editorial constituiu uma oposição política ao governo de Fidel Castro ao confrontar memórias oficiais e dar visibilidade às perseguições aos dissidentes, violações de direitos humanos e prisões políticas levadas a cabo na ilha. Para abordar a problemática da relação do regime com os intelectuais, a autora se centra na seção “Confluencias” da revista, que, conforme argumenta, estabelecia um “contra-cânone” combativo da literatura cubana, com foco no escritor Virgilio Piñera.

Já Pâmela Resende, em “A batalha entre a liberdade e a tirania: Revolução Cubana, guerra de guerrilhas e o desenvolvimento da Doutrina de Contrainsurgência norte-americana nos anos 1960”, analisa a construção e o desenvolvimento das políticas estadunidenses para a América Latina a partir da década de 1960, a fim de verificar em que medida elas foram influenciadas pela Revolução Cubana e por outros movimentos guerrilheiros. A autora demonstra que a criação de programas de ajuda externa e o desenvolvimento da Doutrina de Contrainsurgência, durante o governo de John F. Kennedy, foram estratégias adotadas com vistas a conter o avanço das ideias comunistas na região, que ganharam força após 1959.

A inclusão deste texto sobre os Estados Unidos no dossiê se justifica pela forte intervenção deste país nos assuntos internos na região, com vistas a minar a perspectiva revolucionária aberta pela Revolução Cubana. Por meio de pressões diplomáticas, financeiras e políticas, bem como do patrocínio direto aos golpes de Estado e aos governos militares, os Estados Unidos, em aliança com setores da elite local, contribuíram para o desfecho trágico e

traumático dos projetos revolucionários que desafiaram o *status quo* durante a chamada Guerra Fria interamericana (HARMER, 2011).

Como podemos depreender pela amostra de textos reunidos no dossiê, a história recente trabalha com referenciais e periodizações variáveis, de acordo com as especificidades dos processos locais, nacionais e regionais. Se nos casos chileno e argentino – aos quais poderíamos somar o brasileiro, que não foi abarcado devido ao fato de a revista não publicar estudos que versam exclusivamente sobre este país –, as últimas ditaduras militares e os processos imediatamente anteriores aparecem como marcos dificilmente contornáveis; nos casos cubano e mexicano, os parâmetros são necessariamente distintos. Não obstante, deparamo-nos com temas e problemáticas comuns, que apontam para tendências nos estudos sobre o passado recente: os processos de transição democrática, considerados sob o prisma das lutas por verdade, memória e justiça, bem como dos dilemas e obstáculos que dificultam sua concretização; o papel dos intelectuais na conformação de histórias oficiais ou na revisão de seus pressupostos; e a influência de experiências revolucionárias ou autoritárias no imaginário e na ação política de atores de esquerda e de direita. Fica claro, portanto, que a questão central deste campo de estudos é a da disputa pelos sentidos deste “passado que não passa”.

Além do dossiê, a presente edição da *Revista Eletrônica da ANPHLAC* inclui as seções de artigos livres e resenhas. A primeira abrange quatro textos sobre temáticas diversas, que dão conta de importantes debates historiográficos e trajetórias intelectuais nas Américas. No primeiro deles, intitulado “Do gradualismo negro ao Sonho Americano: a formação do conservadorismo negro nos Estados Unidos”, Flávio Thales Ribeiro Francisco, analisa a linhagem histórica de conservadores negros na cultura política estadunidense. O autor se centra nas trajetórias de figuras como George Schuyler, Booker T. Washington e Thomas Sowell para demonstrar que, ao longo da história, ocorreram mudanças nas abordagens de intelectuais e lideranças negras conservadoras associadas às circunstâncias políticas.

O artigo seguinte, “A América Latina em disputa: História e historiografia de uma polêmica”, de Valdir Donizete dos Santos Junior, discute a circulação e os significados da ideia

de “América Latina” desde sua formulação em meados do século XIX até a atualidade. O autor busca compreender, em perspectiva histórica, o processo de construção e as diversas apropriações do termo, tanto como artefato de projetos imperiais, quanto como instrumento de defesa identitária e geopolítica dos países hispano-americanos frente às pretensões expansionistas dos Estados Unidos. Além disso, examina as diferentes concepções historiográficas que têm balizado as discussões acerca dessa problemática.

Já “Diálogos epistolares e edição: intercâmbios intelectuais entre Brasil e Argentina na correspondência de Ricardo Levene e Pedro Calmon”, de Nayara Galeno do Vale, enfoca as relações estabelecidas pelos intelectuais Ricardo Levene e Pedro Calmon na década de 1930, por ocasião das iniciativas de aproximação entre os governos de seus respectivos países: Argentina e Brasil. A autora utiliza como fontes principais as correspondências trocadas entre os dois intelectuais e observa que o diálogo entre eles esteve centrado em dois empreendimentos editoriais resultantes de convênios que visavam à cooperação intelectual entre Brasil e Argentina: a Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao castelhano e a Coleção Brasileira de Autores Argentinos.

No último artigo livre, intitulado “Algumas considerações em torno ao *imbroglio* Posada: quando as imagens não ilustram os textos”, Natally Vieira Dias aborda a controversa questão das relações do artista mexicano José Guadalupe Posada com a política. Por meio da análise de algumas de suas gravuras publicadas na imprensa, a autora busca matizar as visões dicotômicas que o colocam ora como revolucionário e precursor da Revolução Mexicana, ora como reacionário e porfirista. Dias desconstrói a visão de um Posada porfirista e “surdo” aos anseios e propostas dos revolucionários e argumenta que o gravurista desenvolveu um discurso próprio, crítico, expresso por meio de uma linguagem e uma estética específicas, capazes de interpelar as classes populares.

A presente edição se encerra com resenhas que têm por objeto dois dos processos políticos mais revisitados do século XX sul-americano: o peronismo na Argentina e o governo da Unidade Popular no Chile. Intitulada “Transformações e permanências do movimento

peronista na Argentina”, a resenha de Raquel Lanzoni examina a edição de 2019 de *Los deseos imaginarios del peronismo*, do filósofo e historiador Juan José Sebreli, originalmente publicada em 1983. Tal como aponta a autora, na nova versão, Sebreli inseriu dois elementos de análise e discussão substanciais para a compreensão do cenário político argentino no tempo presente: o menemismo e o kirchnerismo, vistos como continuidades do peronismo.

Por fim, no contexto do 50º aniversário da chegada do marxista Salvador Allende à presidência do Chile, Eduardo Dianna resenha a obra *Éramos iglesia... en medio del Pueblo: El legado de los Cristianos por el Socialismo en Chile 1971–1973*, do teólogo Michael Ramminger, publicada na Alemanha em 2019 e traduzida no mesmo ano para o espanhol. O livro busca reconstituir a experiência histórica do movimento Cristãos pelo Socialismo durante seu curto período de atuação, inscrito nos anos da Unidade Popular chilena, valendo-se, para tal, de cartas, declarações públicas e entrevistas.

Publicar esta edição na atual conjuntura brasileira, em que proliferam revisionismos, negacionismos e ataques ao conhecimento histórico que reatualizam marcos interpretativos impostos pelas ditaduras da segunda metade do século XX, reveste-se de especial significado. Embora o dossiê não inclua nenhum estudo de caso correspondente ao Brasil, estamos convencidas de que as perguntas, reflexões e alternativas exploradas pelos autores e pelas autoras são de grande valia para pensar intervenções no presente e alternativas de futuro, tanto em nível local como regional. Em um momento em que somos interpelados/as pelos indivíduos e coletivos que buscam um acerto de contas com o passado e que nos damos conta da dimensão ética e política de nossos temas de estudo, urge retomar uma clássica questão: para que serve a história?

Bibliografia

ACEVES, José. *Historia oral*. México: Instituto Dr. José María Luis Mora, 1993.

FRANCO, Marina. La historiografía de la historia reciente del Cono Sur. In: ÁGUILA, Gabriela et al. (Org.). *La historia reciente en Argentina*. Balance de una historiografía pionera en América Latina. Buenos Aires: Imago Mundi, 2018, p. 175-195.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (Org.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos de un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 31-66.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. España: Anthropos, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido*. Cultura y memoria en tiempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.

LORENZ, Federico. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002, p. 53-100.

PITTALUGA, Roberto. El pasado reciente argentino: interrogaciones en torno a dos problemáticas. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto et al. (Org.). *Problemas de historia reciente del Cono Sur*, vol. 1. Buenos Aires: Prometeo Libros; Universidad Nacional Sarmiento, 2010, p. 23-35.

POLLAK, Michael. *Memoria, Olvido y Silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límites. La Plata: Al margen, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). *La historia oral*. Buenos Aires: CEAL, 1991, p. 36-51.

RICŒUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madrid: Arrecife Producciones, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.